



# A violência crescente e a missão da polícia

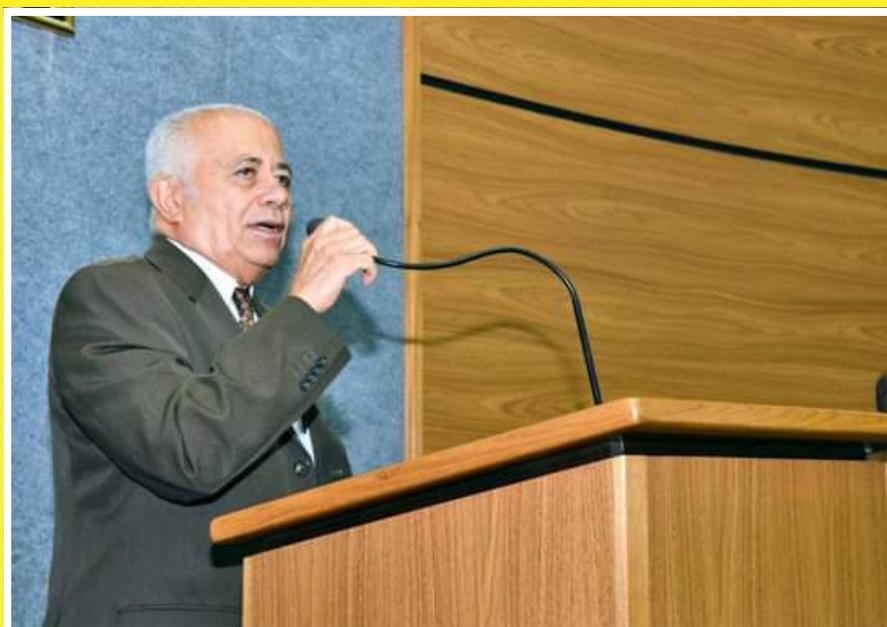
Quando fui convidado a escrever um artigo para o Projeto o Conselho, de pronto me ocorreu consultar algumas obras pertinentes à complexa questão abrangida pelo título que escolhi.

O primeiro livro que compulsei me fora presenteado em 8 de outubro de 2010, pelo amigo professor João Alexandre dos Santos, diretor do Centro de Estudos e Ensino em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESDH), com o título **A Violência Multifacetada**, escrito por um grupo de cientistas e profissionais versados na questão segurança pública, coordenados por César Barros Leal e Heitor Piedade Júnior.

No excelente compêndio estão contidas as mais abalizadas e profundas reflexões e pesquisas sobre o delicado e sempre atual tema “Violência e Segurança Pública”.

Aqui não pretendo – nem seria correto – seguir a linha de raciocínio de qualquer dos renomados especialistas, embora apenas um policial de carreira, o qualificado Médico-Legista, Dr. Jorge Paulete Vanrell, professor da nossa austera Academia de Polícia de São Paulo, tenha integrado o seletivo grupo.

Seja como for, sob qualquer que seja o prisma que se pretenda abor-



dar a questão da violência, há sempre uma faceta ainda não suficientemente estudada.

E, nesse aspecto, não há como ignorar que ninguém está mais qualificado a discorrer sobre o tema do que aquele profissional que, no seu dia a dia, se depara com a triste realidade da violência, seja ela decorrente de atividade criminosa ou aquela ocasional, que mesmo tendo igual desfecho trágico, não decorre da atuação dos fora da lei. Enfim, violência é violência, e o seu desaguadouro natural é a polícia.

A Constituição de 1988, em seu artigo 144, diz que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Na sequência, enumera os órgãos policiais: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis estaduais, polícias militares e corpos de bombeiros militares, sem falar das guardas civis municipais.

Se somarmos os efetivos de todas essas corporações, temos em torno de 1 milhão de policiais em todo o país. Poucos são os exércitos das grandes potências que atingem igual número.

A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que a proporção ideal é de um policial para cada 350/400 habitantes. Aqui no Brasil, esse parâmetro é da ordem de um policial para cada grupo de 700/800 pessoas. Enfim, uma insólita constatação: quanto mais desenvolvida a nação, menor o seu efetivo de policiais.

Nos dias que correm, afora o Brasil, o país com o maior número de policiais é a Rússia, com cerca de 800 mil, rivalizando com outros gigantes, como Estados Unidos e China, havendo suspeitas de que nesta, assim como na sua vizinha Índia, ambas com mais de um bilhão e duzentos milhões de habitantes, o número de policiais supere os demais países.

Outra evidência polêmica: sob certos aspectos, o número maior ou menor de policiais pouco ou nada tem a ver com a contenção ou o aumento da violência.

A questão é outra. O filósofo grego Pitágoras já dizia: “Eduquem-se as crianças e não será preciso punir os homens”. Dito de outra forma: quanto mais escolas, menos cadeias.

Para alguns, os pressupostos acima encerram um certo saudosismo

que não tem espaço nos dias atuais, quando a realidade revela situações que vão da desestruturação familiar às quadrilhas do chamado crime organizado, que utilizam armamento de última geração.

Seja como for, a Polícia é a instituição sem a qual seria impossível ao homem viver em sociedade. Ou seja, a polícia é parte do equilíbrio social,

**“O policial é o “primeiro juiz da causa”. É ele que enfrenta o problema no calor dos acontecimentos e tem que dar uma primeira solução.”**

quando age de forma coercitiva. E antes de que seja necessária a sua atuação... aí a questão é da sociologia, resumindo-se no axioma de Pitágoras, antes citado.

Sem querer fugir do cerne da questão: é justo atribuir à Polícia as causas da violência? Claro que não. Ninguém de bom senso o afirma-

ria. Todo mundo sabe que a Polícia combate os efeitos de causas que não lhe competem. Quem tem que educar as crianças são os pedagogos; quem tem que cuidar para que as famílias não se desestruturem são os que cuidam das áreas socioeducativas; quem deve cuidar da infraestrutura habitacional, empregos, qualidade de vida, não é a Polícia, mas outros órgãos da estrutura de governo.

É verdade, entretanto, que a Polícia tem costas largas e sobre elas recaem os “primeiros socorros”, os enfrentamentos mais urgentes, seja de que área for, sempre na linha de frente, para o que der e vier.

Exagero à parte, o policial é o “primeiro juiz da causa”. É ele que enfrenta o problema no calor dos acontecimentos e tem que dar uma primeira solução.

Por outro lado, o que se verifica é que não se reconhece o real valor desses heróis que tanto dão de si para que todos vivam em paz.

É preciso mudar a cultura que concebe o policial como um mero servidor público que efetivamente ele é, porém absolutamente diferenciado: seu instrumento de trabalho é uma arma carregada e ele quase sempre é um alvo ambulante. Finalmente, vale ressaltar, *grosso modo*, que o policial é aquele profissional que trabalha por amor à vida dos outros. ■